

Ata da reunião ordinária do Conselho de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ocorrida as quatorze horas do dia treze de setembro de dois mil e dez, no auditório do Paço Municipal da Prefeitura de Macaé. A reunião teve início com palavras de boas vindas do presidente do Conselho, senhor Maxwell Vaz, que solicitou à secretaria executiva a conferência do quorum. Com a presença de onze conselheiros constatou-se o quorum necessário para abertura da reunião, porém não para votação de pautas. O Sr Maxwell sugeriu então que a ata da reunião anterior fosse lida e aprovada quando o quorum se fizesse suficiente. O Sr Maxwell convidou O Sr Hugo Nunes, conselheiro representante da Associação de Defesa Ecológica Pequena Semente, secretário geral do Conselho, para tomar parte à mesa. Iniciando a pauta, a Sra Elizângela, conselheira representante da Secretaria Municipal de Habitação, fez apresentação das atividades realizadas pela Câmara Técnica de Criação de Unidades de Conservação. Esclareceu que as reuniões da Câmara Técnica vêm sendo realizadas quinzenalmente na Agenda 21 de Macaé. Falou que, a respeito de uma das demandas da Câmara, o parecer sobre o Parque Recreativo Ecológico da Ajuda, a Câmara Técnica entendeu que a lei a seu respeito foi apenas autorizativa, sugerindo a reformulação da mesma. Esclareceu que a redação da lei não passou por um processo participativo, sendo a consulta pública um dos requisitos que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação impõe como necessário para criação de uma unidade do tipo parque e, sendo a lei um instrumento frio, é necessário ouvir a população. Comentou que a comunidade local tem se mobilizado e se mostrado interessada na criação do Parque Recreativo e sobre os estudos técnicos necessários para a área, falando da necessidade de arborizá-la com espécies de Mata Atlântica comuns ao local, compatibilizando o uso da comunidade com a preservação ambiental. Informou que é perceptível em análise de imagem de satélite do programa Google Earth que a área está sendo impactada antropicamente. Comentou a visita dos técnicos da Secretaria de Estado do Ambiente que vistoriaram o local e se mostraram favoráveis a proteger a área. Finalizando, recomendou em nome da Câmara Técnica que a lei autorizativa seja encaminhada a Procuradoria Geral do Município para determinar se a mesma deve ser reformulada ou regulamentada. Sugeriu que o local seja contemplado por projeto da Subsecretaria de Urbanismo pela sua vocação de Parque Urbano, o que seria inviabilizado caso houvesse a criação de Unidade de Conservação. A Sra Dominick, conselheira representante da Casa do Caminho, comentou que o local não tem recebido manutenção e denunciou a incidência de animais domésticos, como cavalos. A Sra Elizângela comentou que recebeu denúncias de caça predatória, extração de areola e despejo de lixo no local. A Sra Nara Martins, coordenadora de Unidades de Conservação da SEMMA, fez a leitura de ofício encaminhado para o Núcleo de Pesquisas Sócio-ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e solicitou auxílio no inventário faunístico da área prevista para a criação do APA da Restinga do Barreto. Afirmou que prevê para outubro a conclusão do levantamento, quando será encaminhada a minuta da proposta de criação da Unidade de Conservação para o Prefeito. Esclareceu que uma equipe especializada em criação de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado do Ambiente sugeriu que a unidade fosse mais restritiva, sendo mais adequada uma Área de Preservação Ambiental do que uma Área de Relevante Interesse Ecológico. O Sr Paulo Sergio, conselheiro representante da Associação de Moradores da Barra, ressaltou que a Câmara Técnica da Restinga do Barreto e a audiência pública definiram que a área fosse uma Área de Relevante Interesse Ecológico, defendendo que a proposta de mudança deveria ser rediscutida para não descartar o trabalho da Câmara Técnica, justificando se preocupar com o impacto nos

empreendimentos do entorno caso modifique-se a categoria. O Sr Maxwell comentou que foi ministrada no Parque Atalaia pela Secretaria de Estado do Ambiente uma oficina voltada para capacitação na criação de unidades de conservação, quando especialistas qualificados sugeriram a adequação. Comentou que acredita na união dos participantes da Câmara Técnica da Restinga do Barreto com os da Câmara Técnica de Criação de Unidades de Conservação por bem da implantação da área de preservação. O Sr Ronaldo Lima, Subsecretário Municipal de Meio Ambiente e Coordenador da Fiscalização Ambiental defendeu a celeridade no processo de preservação, pontuando que a partir do momento que for construída uma casa na ARIE sem esta ser uma unidade de conservação, a questão se tornará problemática. A Sra Eurosina de Abreu, assessora jurídica da SEMMA, apresentou a minuta de proposta da criação da RVS Restinga do Barreto, esclarecendo que houve grande embasamento técnico e jurídico sobre a pauta, com efetiva participação da Câmara Técnica de Criação de Unidades de Conservação, apoiada pelos técnicos da SEMMA. Após a apresentação, a proposta foi aprovada pelos presentes. O Sr Marcelo Puertas, conselheiro representante da Câmara dos Vereadores de Macaé, denunciou que o Movimento Sem-Terra ocupou a Fazenda Bom Jardim e entrou em contato com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Macaé, quando defenderam sua atitude como uma ocupação social da terra, declarando ter um projeto de práticas agro-florestais com desenvolvimento sustentável para a região. Preocupados em se resguardar de denúncias ambientais, denunciaram a incidência de focos de desmatamento florestal no local. O Sr Marcelo afirmou ainda que, por acaso, o fiscal da SEMMA o Sr Artêmio esteve no local, constatando o fato. O Sr Marcelo defende que é necessário trabalhar em harmonia para proteger o que ainda existe de reserva florestal. O Sr Maxwell solicita que forneça junto ao requerimento uma foto Google do local. O Sr Sérgio Neves solicita que o Conselho intervenha junto a CEDAE a fim de mediar à situação da caixa d'água que se encontra atrás do Instituto Federal Fluminense. Afirma ter procurado o superintendente da CEDAE, sem obter resultado positivo. O Sr Maxwell informou que foi publicada a tomada de preço da licitação da obra do canal extravasor da Lagoa de Imboassica, ressaltando a importância dessa conquista para a recuperação da Lagoa. A Sra Nara fez a apresentação do vídeo da Reserva Particular de Patrimônio Natural Shangrilah, defendendo o encaminhamento de uma moção de aplausos para a proprietária e ambientalista Lúcia Jatobá, reconhecida como "guardiã das águas que descem pro Sana". A moção foi aprovada unanimemente. O Sr Maurício Molissani, conselheiro representante do NUPEM, esclarece que as cartilhas de Educação Ambiental estão com a empresa que as está produzindo. O Sr Maxwell agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião.